

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 493.383 - PR (2019/0042485-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : GUSTAVO DIAS FERREIRA
ADVOGADO : GUSTAVO DIAS FERREIRA - PR051045
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DOUGLAS OLIVEIRA DE SOUZA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. LIMINAR CONFIRMADA.

1. Não é suficiente a reportagem, pura e simples, a conjecturas a respeito da generalidade do crime, sem elemento concreto. Ora, se assim fosse, a prisão provisória passaria a ter caráter de prisão obrigatória e todos sabemos que não é esse o seu caráter.

2. Na hipótese dos autos, o Magistrado singular deixou de apontar elementos concretos que justifiquem a imposição da medida cautelar extrema, fazendo referência tão somente à gravidade em abstrato do delito, o que é inadmissível por esta Corte de Justiça.

3. Ordem concedida para, confirmando-se a liminar, garantir que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento da ação penal, salvo se por outro motivo estiver preso, impondo-lhe, por ora, a medida cautelar prevista no art. 319, I, do Código de Processo Penal (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pela autoridade judicial, para informar e justificar atividades), advertindo-se o paciente acerca da necessidade de permanecer no distrito da culpa para atender aos chamamentos judiciais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conceder a ordem de *habeas corpus* nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator